

ENSINANDO HISTÓRIA ATRAVÉS DE CORDEL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: A ESCRAVIZAÇÃO DE GENTES AFRICANAS NO BRASIL COLONIAL

TEACHING HISTORY THROUGH CORDEL IN BASIC EDUCATION: THE ENSLAVEMENT OF AFRICAN PEOPLE IN COLONIAL BRAZIL

José Ferreira Júnior¹

RESUMO

Este texto, que decorre de uma abordagem qualitativa, mediante uma revisão bibliográfica, discute a escravização de gentes africanas no Brasil colonial, quando da implantação da plantation açucareira, logo depois da expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza, em 1530. Mostra-se, enquanto metodologia, o uso do cordel como ferramenta pedagógica no ensino de História na Educação Básica. Objetiva-se diversificar a prática pedagógica, trazendo elemento que se faz presente no cotidiano do alunado. Justifica-se em virtude de buscar transformar dessa forma, o ensino de História perpassado de sentido para quem se destina, uma vez que, por grande parte do alunado da Educação Básica, há o entendimento de serem as aulas de História algo a ser cumprindo somente por imposição curricular. São usados, como referencial bibliográfico, autores que tratam da temática escravização de gentes africanas no Brasil, seja de maneira exclusiva ou pontualmente em seus escritos. O cordel utilizado foi escrito previamente, expostas suas estrofes, isoladas ou agrupadas, e comentados os seus conteúdos.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História. Cordel. Escravização.

ABSTRACT

This text, which stems from a qualitative approach through a literature review, discusses the enslavement of African people in colonial Brazil, when the sugar plantation was established, soon after the colonizing expedition of Martim Afonso de Souza, in 1530. It shows, as a methodology, the use of cordel as a pedagogical tool in the teaching of history in basic education. The objective is to diversify pedagogical practice, bringing elements that are present in the students' daily lives. It is justified because it seeks to make, in this way, the Teaching of History permeated with meaning for those for whom it is intended, since, for most students in Basic Education, there is the understanding that History classes are something to be fulfilled only by curricular imposition. As a bibliographical reference, authors who deal with the theme of the enslavement of African people in Brazil are used, either exclusively or occasionally in their writings. The cordel used was previously written, its stanzas exposed, isolated or grouped, and its contents commented.

KEYWORDS: Teaching History. Cordel. Enslavement.

¹ Professor na Autarquia Educacional de Serra Talhada (AESET). Doutor em Ciências em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Mestre em Ensino de História pela Universidade Regional do Cariri (Urca). Graduado em pela Faculdade de Formação de Professores em Serra Talhada. E-mail: professorferreirajunior@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

As aulas de história ainda são concebidas, por significativo percentual dos alunos da Educação Básica, como algo esvaziado de sentido e, por conseguinte, algo que se faz necessário encarar porque se trata de imposição curricular. Para tais estudantes, assistir as aulas de história é um meio que visa a um fim: aprovação e consequente evolução da caminhada escolar (BARROS, 2013).

Torna-se necessário questionar a razão da existência dessa realidade, visto que, quando questionados sobre a aversão a aulas de história, os alunos, em sua maioria, afirmam ser o ensino de História algo distante de sua realidade e, além disso, maçante, restrito a nomes, datas, lugares, cabendo-lhes anotar o que é dito pelo professor e decorar para se dar bem na prova².

Percebe-se a existência de uma prática pedagógica ancorada numa didática instrumental, que se entende como conjunto de conhecimentos técnicos “apresentados de forma universal e desvinculados dos problemas relativos ao sentido e aos fins da educação” (CANDAUI, 2013, p.14). Nesse fazer pedagógico, o professor concentra em si o saber e o aluno, por sua vez, o imita.

No referente ao ensino de História urge abolir tal prática pedagógica, substituindo-a por outra que envolva o aluno e o professor, que permita a existência de interação dialógica e dialética no processo de ensino-aprendizagem (FREIRE, 2012) e, dessa forma, o alunado não mais conceba o ensino de História como despossuído de sentido e somente vivenciado pela imposição curricular.

É, pois, encimado nesse entendimento, que trazemos a proposta de se utilizar cordel no ensino de História. Objetiva-se com o uso dessa ferramenta pedagógica diversificar a prática pedagógica, trazendo elemento que se faz presente no cotidiano do alunado.

Justifica-se essa ação em virtude de buscar transformar, dessa forma, o ensino de História perpassado de sentido para quem se destina, o aluno, uma vez que, os conteúdos de História sendo apreendidos, proporciona-lhe a possibilidade de desenvolvimento social, cultural, científico e, principalmente a vivência de postura crítica, imprescindível ao exercício da cidadania ativa.

2 O CORDEL E O ENSINO DE HISTÓRIA

A temática aqui discutida, de forma cordelizada, é a da escravização de gentes pretas africanas, quando da colonização portuguesa no Brasil, objeto sobre o qual muito já se tem escrito.

² Essas alegações são recorrentes e ouvidas por mim, professor no Ensino Médio da rede estadual de ensino, na cidade de Serra Talhada, no Sertão de Pernambuco. Grande parte dos alunos que acessam essa modalidade de ensino da Educação Básica se queixa de terem sido vítimas desse tipo de ensino de história.

O cordel é aqui utilizado como ferramenta pedagógica³. Para que exerça tal função, é previamente escrito, levando-se em conta acontecimentos que constam na historiografia, relacionados à temporalidade colonial da História do Brasil.

Acerca da estrutura das estrofes do cordel neste texto apresentado, convém deixar claro que não existiu precisão relacionada à métrica – versos de 7 (sete) sílabas poéticas -, mas se priorizou a questão da rima, principalmente por sua sonoridade. A proposta não é ensinar o alunado a construir estruturalmente, nos moldes existentes em uma aula de Literatura, um cordel, mas, em versos trazer acontecimentos relacionados à escravização de gentes africanas no espaço brasileiro colonial, quando da implantação da *plantation* açucareira.

Desse modo considerado, o cordel “**Escravidão no Brasil Colônia**” apresenta-se escrito em forma de septilha⁴ e contém 12 (doze) estrofes. Trata do primeiro momento da exploração portuguesa em terras brasileiras, quando é implantada a *plantation* açucareira, a partir de 1530, quando ocorre a expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza.

Em primeiro plano é colocado o cordel em sua íntegra. Depois, as estrofes aparecem agrupadas, ou de maneira isolada, vindo, após sua escrita, a sua explanação histórica. São trazidos autores que, em seus escritos, tratam da temática escravização de gentes africanas, seja tratando-a com exclusividade, seja pontuando-a em suas narrativas.

ES CRAVIDÃO NO BRASIL COLÔNIA

Em 1530
Começa a colonização
Plantar cana-de-açúcar
Tornou-se, pois decisão
Da Coroa portuguesa
Para arrancar riqueza
Do Brasil, vinda do chão.

E naquela ocasião
Uma resposta se cobra
A um óbvio perguntar
A terra é boa de sobra
O açúcar tem mercado
Mas, pra tê-lo fabricado
Qual seria a mão-de-obra?

A Igreja não concorda
Ao nativo escravizar
Pois queria aos da terra

³ Ferramentas pedagógicas são, em sentido amplo, instrumentos que facilitam o processo de aprendizagem. Mais que caracterizar determinado equipamento ou dispositivo, esse termo depende da intenção e da finalidade de quem o utiliza, isto é, contribuir com a educação efetiva do aluno.

⁴ Estrofe de 7 (sete) versos, cada verso contendo 7 (sete) sílabas poéticas (heptassílabos), na qual, o 2º segundo verso (segunda linha) rima com o 4º (quarto) e com o 7º (sétimo) e, o 5º (quinto) rima com o 6º (sexto), correspondendo ao seguinte esquema: X A X A B B A.

Para si arrebanhar
E certa uma coisa fica
Caberia ao jesuíta
Ao índio catequizar.

Queria a Igreja fixar
Seu domínio num rompante
A fim de assim, garantir
Um fazer determinante
Pela catequização
Colocar oposição
Ao avanço protestante.

Outro fato importante
Quanto ao produto final
Mão-de-obra ser trazida
Da Europa para tal
Seria assalariada
E, para tal empreitada
Viria de Portugal.

Porém, existia um mal
A ser em conta levado
Se o trabalhador fosse
De Portugal enviado
Não seria algo prático
Pois, vazio demográfico
Seria contabilizado.

Isso tudo arazoado
Solução se fez prática
Rei, Igreja e burguesia
Pensam numa ação dramática
Para sanar o problema
Resolvem sem qualquer dilema
Traficar gentes da África.

E, para exercer tal prática
Valeram-se nessa ocasião
Dos conflitos entre tribos
Africanas de então
Para proveito tirar
E, dessa forma, instalar
A prática da escravidão.

E assim, com precisão
Agiram de forma tétrica
Gentes de várias nações
Africanas, mas assimétricas
Juntaram, em navios colocando
Cruzaram, pois, o oceano
Desembarcando-as na América.

Aqui, de forma perversa
Agiram com a gente africana
Etnias misturaram
E, pra satisfazer sua gana
Do chicote, uso fizeram
E à gente preta impuseram
Trabalhar plantando cana.

Sem lazer, roupa e cama
Doze ou mais horas, por dia
Aos africanos, trabalho
À força se imprimia
E a gente escravizada
Pelo branco maltratada
Longe da África, sofria.

Mas, o negro resistia
Dançava, cantava ponto
Pros Orixás africanos
Sorria, em meio ao pranto
Fugia e se organizava
Contra a escravidão lutava
Refugiado em quilombo.

José Ferreira Júnior
“Arremedo de Poeta”

Trinta anos após a oficialização da posse das terras brasileiras pela Coroa portuguesa, inicia-se, de fato a colonização. Entre 1500 e 1530, utilizando o sistema de estanco⁵, a Coroa portuguesa permite a comerciantes europeus a extração predatória do pau-brasil, madeira já conhecida por sua utilidade diversificada e abundante no litoral brasileiro (FAUSTO, 2004).

Em 1530
Começa a colonização
Plantar cana-de-açúcar
Tornou-se, pois decisão
Da Coroa portuguesa
Para arrancar riqueza
Do Brasil, vinda do chão.

Depois de passados trinta anos, tendo o comércio de especiarias dado sinais de esgotamento em decorrência da significativa concorrência, a Coroa portuguesa opta por efetivamente ocupar as terras brasileiras. Para dar início a essa peleja, envia para o Brasil a Expedição Colonizadora de Martim Afonso de Souza, em 1530.

Mediante as condições mesológicas brasileiras (no espaço que hoje se chama Nordeste), a experiência que os portugueses possuíam na plantação de cana e na produção de açúcar em colônias na Ilha da Madeira, somado ao fato de o açúcar ser especiaria bem aceita no mercado europeu e

⁵ Monopólio real do comércio de determinados produtos. Para esses gêneros, a Realeza aplicava restrições e regras de exportação, como quantidade máxima, preço estabelecido e necessidade de autorização régia para o comércio, às vezes realizado pela própria Coroa. Disponível em:
<https://portogente.com.br/portopedia/76571estanco#:~:text=No%20passado%2C%20estanco%20designava%20o,vezes%20realizado%20pela%20pr%C3%B3pria%20Coroa.>

haver disponibilidade de capital holandês para o empreendimento pretendido, a Coroa portuguesa define-se pela implantação da empresa açucareira no Brasil.

E naquela ocasião
Uma resposta se cobra
A um óbvio perguntar
A terra é boa de sobra
O açúcar tem mercado
Mas, pra tê-lo fabricado
Qual seria a mão-de-obra?

Diante das condições materiais favoráveis, havia um problema a ser solucionado: qual seria a força do trabalho e a relação de produção a serem utilizadas na empresa açucareira?

Estava em evidência o sistema mercantilista e nele o lucro era diretamente proporcional à produção. Assim, um grande lucro implicava ter que existir uma grande produção e esta, por sua vez, exigia braços em grande número, para satisfazer as etapas que compunham a produção em terras brasileiras: desmatamento, preparo do solo, plantar, cuidar, colher, transportar para o engenho e moer a cana.

A Igreja não concorda
Ao nativo escravizar
Pois queria aos da terra
Para si arrebanhar
E certa uma coisa fica
Caberia ao jesuíta
Ao índio catequizar.

Queria a Igreja fixar
Seu domínio num rompante
A fim de assim, garantir
Um fazer determinante
Pela catequização
Colocar oposição
Ao avanço protestante.

A utilização dos nativos, chamados índios pelos portugueses, como mão-de-obra revelava-se, segundo Maestri (1997), a mais plausível decisão a ser tomada, visto estarem esses sujeitos no mesmo espaço onde se implantaria o processo colonizador e, somado a isto, ser significativo o seu número.

Todavia, essa pretensão esbarrava na recusa da Igreja, que tinha planos outros para os da terra, que não passava pela escravização dos mesmos, mas pela catequização.⁶ O cristianismo, desde

⁶ Também havia o obstáculo cultural, visto que a cultura indígena desconhecia a prática do trabalho contínuo e, somado a isso, o trabalho diário na lavoura era desqualificado pelo indígena masculino, que o tinha como “trabalho de mulher” (Schwartz, 2018, p. 216).

1517, experimentava cisma. Com o advento do que se passou a chamar Reforma Protestante, o credo citado passou a ter dois segmentos: católicos e protestantes.

Deve-se deixar claro que a ação da Igreja Católica portuguesa estava longe de ser considerada humanista, mas se revelava perpassada por ideologia, uma vez que a intencionalidade era delimitar um espaço de influência religiosa cristã católica e fazer frente ao avanço do cristianismo protestante. Assim, catequizar se opôs a escravizar. Tratava-se de uma ação que visava a um fim previamente pensado (WEBER, 2010).

Assim, após o Concílio de Trento (1545), quando o papa Paulo III declarou a Ordem Jesuíta⁷ como pertencente ao quadro da Igreja Católica, passa a ser responsabilidade dos jesuítas a catequização dos nativos brasileiros. Dessa forma, em 1549, quando Tomé de Souza, primeiro Governador-Geral, desembarca no Brasil, com ele também o fazem os primeiros jesuítas, em número de seis e liderados pelo padre Manuel da Nóbrega (SAVIANI, 2019).

Manuel da Nóbrega comandará o processo catequético e educacional que, de acordo com Saviani (2019), tanto tinha a função de conquistar os nativos para o credo cristão católico quanto, via educação, a inculcação neles da submissão ao rei como alguém que governava segundo a vontade de Deus.

Outro fato importante
Quanto ao produto final
Mão-de-obra ser trazida
Da Europa para tal
Seria assalariada
E, para tal empreitada
Viria de Portugal.

Porém, existia um mal
A ser em conta levado
Se o trabalhador fosse
De Portugal enviado
Não seria algo prático
Pois, vazio demográfico
Seria contabilizado.

Haveria a possibilidade de se transportar mão de obra de Portugal para a colônia brasileira. Todavia, de acordo com Fausto (2004) essa possibilidade esbarrava no risco de não haver a garantia de que, chegando à colônia, essa mão de obra assalariada estivesse, de fato, disposta a trabalhar na

⁷ Fundada em 1534, pelo militar espanhol Inácio de Loyola. Caracterizava-se pela rigorosidade comportamental assemelhada a dos militares. O rigor militar assimilado pelos padres jesuíta fazia-os conhecidos como soldados de Jesus. Foram os jesuítas os responsáveis pelo ensino da religião cristã católica e da alfabetização no Brasil colônia, tanto aos nativos quanto aos filhos dos colonos portugueses. Permaneceram no Brasil de 1549 até 1759, quando foram expulsos, em decorrência das Reformas Pombalinas.

empreitada de fazer funcionar a empresa açucareira. Nada a impediria de vir a se envolver com outros tipos de atividades, visto tal mão de obra ser composta por homens livres.

Ainda dois outros fatores pesavam contra a adoção de mão de obra livre e assalariada. O primeiro dizia respeito ao inevitável vazão demográfico por qual passaria Portugal. O segundo fator dizia a respeito à questão econômica, visto que, assalariar mão de obra implicaria aumentar os custos da produção e, por conseguinte, diminuir os lucros dela advindos.

Isso tudo arazoado
Solução se pôs em prática
Rei, Igreja e burguesia
Pensam numa ação dramática
Para sanar o problema
Resolvem, sem qualquer dilema
Traficar gentes da África.

Entendendo ser iminente a solução do problema de mão-de-obra para a funcionalidade da empresa açucareira na colônia brasileira, a tríade Rei, Igreja e Burguesia age de comum acordo e se define pelo tráfico de africanos para o Brasil. Convém explicitar as razões por que a tríade citada acordou com a prática citada.

Quanto ao rei, este se mostrava satisfeito, visto que, segundo Schwartz (2018, p. 222), “só o tráfico de escravos africanos fornecia um abastecimento internacional de mão de obra em grande escala e relativamente estável, que acabou por fazer dos africanos escravizados as vítimas preferenciais”. Com essa afirmação corroboram Reis e Gomes (2012, p. 9), quando afirmam que: “não obstante o uso intensivo da mão de obra cativa indígena, foram os africanos e seus descendentes que constituíram a força de trabalho principal durante os mais de trezentos anos de escravidão” (REIS; GOMES, 2012).

No que se refere à Igreja, a opção por traficar gentes africanas satisfazia seus quereres, pois não recairia a escravização sobre os nativos – a quem objetivava catequizar e arregimentar para a fé cristã católica – mas sobre os africanos.

Tão satisfeita se mostrava a Igreja que, tomando como referência narrativa bíblica de Gênesis 9: 20 – 25 (ALMEIDA, 1994, p. 18 -19) quando o patriarca hebreu, Noé, amaldiçoou seu filho Cam e o expulsou do convívio familiar clânico, justificava seu agir. O discurso eclesiástico afirmava que os africanos eram descendentes de Cam e, a cor preta da sua pele era decorrente da maldição noélica.

Assim, a escravização das gentes africanas era necessária, porquanto, através dela se daria a purgação dos seus pecados. Corroboração com essa afirmação é vista em sermões do padre Antônio Vieira, jesuíta, que atuou no Brasil, no século XVII⁸.

Para a burguesia, esta metropolitana, o tráfico de gentes africanas para o Brasil era algo sobremodo rendoso, visto que, com a proibição da escravização indígena na colônia (1570)⁹ e a decretação real de uso de mão de obra escrava africana, isto lhe trazia a certeza de lucros com o comércio de escravizados (FAUSTO, 2004). A burguesia metropolitana acumularia capital com o significativo lucro da comercialização africanos escravizados, pois, de acordo com Schwartz (2019), o preço de um escravo indígena, chamado de negro da terra pelos portugueses, na década de 1570, girava em torno de sete mil-réis, um escravo africano tinha o custo geral de vinte mil-réis, quase o triplo a mais.

E, para exercer tal prática
Valeram-se nessa ocasião
Dos conflitos entre tribos
Africanas, de então
Para proveito tirar
E, dessa forma, instalar
A prática da escravidão

E assim, com precisão
Agiram de forma tétrica
Gentes de várias nações
Africanas, mas assimétricas
Juntaram e em navios colocando
Cruzaram, pois, o oceano,
Desembarcando-as na América.

Antes da chegada do branco português, havia diversas etnias habitando o espaço que o europeu definiu como África. A diversidade de povos, dentre outras coisas, promovia a existência de guerras étnicas e, com elas, a escravização dos derrotados pelos vencedores. Deixei-se claro que esse tipo de escravização diferenciava-se daquele que viria a ser praticado pelos portugueses na empresa açucareira americana, em forma de *plantation*¹⁰.

O português se aproveitou do fato de vencedores escravizarem vencidos, vendo nessa prática uma maneira de se conseguir cargas humanas a serem transportadas para a América. Pessoas

⁸ Assunto do presente sermão: a irmandade da Senhora do Rosário promete a todos os escravos uma carta de alforria, com que gozarão a liberdade eterna na segunda transmigração da outra vida, e com que se livrarão nesta do maior cativo da primeira. (VIEIRA, Sermão XXVII, c. 1).

⁹ Pela primeira vez, a escravidão indígena foi proibida, por meio de Carta Régia de 1570, que instituiu a “Guerra Justa” e a escravidão voluntária. Todavia, no transcorrer histórico colonial brasileiro se verificou a não observação dessa determinação real.

¹⁰ Sistema de plantação inserida pelos colonizadores europeus entre os trópicos americanos, que se constituía de latifúndio, monocultura, mão-de-obra escrava e exportação. No Brasil, a *plantation* foi o engenho de cana-de-açúcar.

eram trocadas por cachaça, por fumo, por tecidos. Em situação desumana, gentes africanas eram jogadas nos porões e forçadas a manter amistosidade durante a travessia do Atlântico para o Brasil. Gentes que historicamente mantinham relações étnicas conflituosas.

Em “Negras Raízes” (1976), Alex Haley, relata a sociabilidade forçada imposta às gentes africanas nos porões dos navios negreiros. Ali, inimizades históricas eram desconsideradas pelos traficantes de escravos (HALEY, 1976). Aquelas gentes pretas, para eles, eram somente peças comerciáveis. Importava-lhes somente desembarcá-la em solo americano - no caso aqui, brasileiro – com vida e propícia a ser comercializada. Esse tráfico, que durou mais de trezentos anos, segundo Alencastro (2018), fez desembarcar no Brasil cerca de 4,8 milhões de africanos para serem escravizados.

Aqui, de forma perversa
Agiram com a gente africana
Etnias misturaram
E, pra satisfazer sua gana
Do chicote, uso fizeram
E à gente preta impuseram
Trabalhar no plantio da cana.

Depois de desembarcados, os africanos ficavam à espera de compradores. Estes, quando da compra, tomavam determinadas precauções, visando impossibilitar a manutenção de laços afetivos e, principalmente a comunicação entre as “peças” a serem adquiridas. Tais cuidados visavam coibir possíveis rebeliões.

Assim, famílias eram separadas. Africanos de cultura e línguas diferentes eram colocados para conviver juntos. Interessava ao comprador, geralmente senhor de engenho, que as peças compradas trabalhassem nos canaviais e no fabrico do açúcar.

Sem lazer, roupa e cama
Doze ou mais horas, por dia
Aos africanos, trabalho
À força se imprimia
E a gente escravizada
Pelo branco maltratada
Longe da África, sofria.

O cotidiano das gentes africanas escravizadas no Brasil era caracterizado pela violência imposta pelo colonizador ao escravizado, principalmente com a prática do trabalho, que podia chegar a 20 (vinte) horas diárias, sendo que “o ofício no engenho era muito mais exaustivo e perigoso do que o realizado nas roças” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 93). O perigo do trabalho nas moendas estava na possibilidade recorrente de perda de mãos e braços, bem como do

experimento de queimaduras, por parte dos escravizados. Geralmente para o trabalho nas moendas dos engenhos eram destinados os escravizados tidos como rebeldes.¹¹

Depois da longa jornada de trabalho, os escravizados eram trancados na senzala. A lida no engenho durava de segunda-feira a sábado. Tendo uma alimentação muito pobre, havia escravizados que tinham a permissão do seu senhor para plantarem roças (feijão, milho, mandioca, batata, abóbora, etc.). Assim, o domingo não era sinônimo de descanso, mas dia de cuidar da roça. Em suma, somente se trabalhava, nenhum repouso e ou lazer havia.

A violência relacionada aos escravizados se mostrava diversa. Um escravizado fugado e capturado era chicoteado no tronco, perante os demais, podendo tal castigo levá-lo à morte, sendo esse o querer do seu senhor e, de acordo com Grinberg (2018) também eram diversas as formas de execução de um escravizado condenado à morte: “por envenenamento, por uso de instrumentos de ferro, queimado, na forca, no pelourinho etc.” (GRINBERG, 2018, p. 145).

Mas, o negro resistia
Dançava, cantava ponto
Pros Orixás africanos
Sorria, em meio ao pranto
Fugia e se organizava
Contra a escravidão lutava
Refugiado em quilombo.

A resistência foi prática vivenciada em toda espacialidade onde ocorreu a escravização, sendo diversificada sua maneira de se exteriorizar, pois de acordo com Reis e Gomes (2012, p. 9):

Onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos. Mesmo sob a ameaça do chicote, o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente. (REIS; GOMES, 2012, p. 9).

Percebe-se, mediante o excerto acima, que as estratégias utilizadas pelos escravizados eram diversificadas, o que remete à constatação de que resistir não se limita ao enfrentamento direto entre dominadores e dominados, mesmo que este tipo de resistência seja válida e verificada na história das interações travadas entre escravizador e escravizados, quando da colonização portuguesa no Brasil.

Todavia, ainda segundo os autores citados, existiu um tipo de resistência do qual se pode dizer ter sido o desdobramento mais típico do resistir do escravizado, em relação à imposição da

¹¹ A imposição da violência ao escravizado era algo naturalizado pelo colonizador e buscava introjetar no escravizado o temor ao senhor. Uma forma de violência recorrentemente vista era a punição do “quebra-negro”, que impunha ao escravizado sempre olhar para baixo na presença do seu senhor.

escravização, a fuga, que, de acordo com Reis e Gomes (op. cit. p. 10), “podia ser individual ou até grupal”.

Nem sempre os escravizados fugados terminavam por empreender organização em lugar de difícil acesso, que se chamavam quilombos, visto que, em não poucas vezes, “os escravos terminavam procurando se diluir no anonimato da massa escrava e de negros livres, nesse caso, o destino poderia ser as cidades, onde não se estranhava a circulação de homens e mulheres de vários matizes raciais” (REIS; GOMES, Idem).

Todavia, é inegável que no referente à fuga empreendida por escravizados, o destino de grande parte dos fugados era buscar se ajuntar a algum grupo aquilombado (MOURA, 1993) ou empreender organização coletiva que lhes propiciassem sobrevivência, agora numa condição de foragidos e, conseqüentemente procurados. Necessário se faz lembrar, sobre a questão do quilombo, o dito por Mattoso (2001, p. 158-159) sobre o seu surgimento, composição e localização:

O quilombo jamais é fruto de um plano premeditado; nasce espontaneamente, pode reunir num mesmo refúgio a negros e crioulos, escravos ou homens livres, vítimas de alguma lei discriminatória [...]. Assim, uma população extremamente variada. Em geral, ela se esconde nas áreas rurais, em pontos de acesso difícil, longe das cidades, das estradas, das plantações. (MATTOSO, 2001, p. 158-159).

Uma pergunta se faz recorrente relacionada a um quilombo, principalmente quando do transcurso do ensino de História, relacionado à História da colonização portuguesa no Brasil: o que é um quilombo?¹² Justaposta a esse perguntar, geralmente se encontra, enquanto expectativa de resposta, o entendimento que a resistência quilombola residia somente no confronto direto com o colonizador. Pensamos ter sido um quilombo algo complexo, que representou mais do que somente o desejo de empreender enfrentamento direto ao opressor, enquanto forma de resistência. Diante disso, trazemos novamente Mattoso (op. cit. p. 158):

Um quilombo é um esconderijo de escravos fugidos. É preciso distingui-lo dos verdadeiros movimentos insurrecionais organizados contra o poder branco. O quilombo quer paz, somente recorre à violência se atacado [...] ou se isso for indispensável à sua sobrevivência [...] Reação contra o sistema escravista? Retorno à prática da vida africana ao da dominação dos senhores? Protesto contra as condições impostas aos escravos, mais do que contra o próprio sistema? Espaço livre para celebração religiosa? Os quilombos são tudo isso ao mesmo tempo. (MATTOSO, op. cit. p. 158):

É provável que a concepção unívoca acerca do que foi um quilombo seja derivada daquilo que Palmares representa nas representações recorrentes no senso comum. Ou seja, em decorrência

¹² Reporto-me a minha atuação como professor na Educação Básica, em turmas de Ensino Médio, em escola da rede estadual de ensino, em Serra Talhada, Pernambuco.

dos vários embates ocorridos entre as chamadas forças legais e os palmarinos¹³, imagina-se que se aquilombar tinha única e exclusiva função de confronto, de luta, de guerra contra o opressor.

Talvez essa concepção de quilombo meramente bélica seja derivada do fato de o que documentalmente existe relacionado aos quilombos brasileiros, resulte de narrativas escritas provindas da pena dos adversários dos quilombolas (MOURA, 1988), ou seja, decorra de uma visão de fora para dentro (REIS; GOMES, 2012) e, devido a isso, esse narrar esteja perpassado por lutas, fato que põe em destaque a ação dos vitoriosos. Ademais, a tradição oral das sociedades africanas talvez tenha sido elemento impeditivo à existência de uma história quilombola escrita, de autoria quilombola, ou seja, uma narrativa de dentro para fora. Assim, as histórias quilombolas teriam sido manipuladas, satisfazendo interesses das narrativas oficiais (MOURA, 1988).

Pode-se, porém, considerar um quilombo um espaço de experimento de liberdade, no referente ao exercício de práticas proibidas pelo dominador branco em concordância com a Igreja Cristã Católica, como o candomblé e a capoeira. Veja-se o dito por Souza (2012, p. 71):

Considerados absurdamente demoníacos pela Igreja, os rituais de candomblé eram vistos também como possibilidades de engendrar rebeldia coletiva, de tal forma que as manifestações dos rituais religiosos e da prática da fé de matriz africana eram expressamente condenados e reprimidos. De igual forma o era a prática da capoeira, ocorrida em matas próximas às senzalas ou mesmo nas cidades (SOUZA, 2012, p. 71).

Assim entendido, pode-se conceber um quilombo como sendo um agrupamento de pessoas, aqui consideradas as de origem africana e afro-brasileiras, que se organizavam em “estruturas sustentáveis e afrorreferenciadas, tanto em valores quanto em costumes” (SOUZA, *op.cit.* p. 74), que em seu modo de agir “reinventaram pequenas Áfricas em solo americano, preservando e passando adiante as suas tradições” (*Idem*, p. 75).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização do cordel como ferramenta pedagógica no ensino de História se mostra como possibilidade de promover desconstrução do estigma que recai sobre as aulas de História: serem maçantes, esvaziadas de sentido e somente vivenciadas pelo alunado em decorrência da imposição curricular.

Fazer uso de algo que perpassa o cotidiano do alunado, aqui o cordel, ou seja, faz parte de seu universo cultural, é maneira pela qual se torna possível chamar a atenção dos discentes e

¹³ Referente aos habitantes do quilombo dos Palmares.

também lhes facultar a possibilidade de eles mesmos, construírem seus próprios cordéis, a partir de temáticas sugeridas pelo professor.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Felipe. África, números do tráfico atlântico. In.: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALMEIDA, Antônio Ferreira. **A Bíblia Anotada**. São Paulo: Mundo Cristão, 1994.

BARROS, José D'Assunção. **Teoria e formação do historiador**. Petrópolis: Vozes, 2013.

CANDAU, Vera M. **Rumo a uma nova didática**. Petrópolis: Vozes, 2013.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo. 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

GRINBERG, Keila. Castigos físicos e legislação. In.: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio (orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HALEY, Alex. **Negras raízes**. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

MAESTRI, Mário. **Uma história do Brasil: colônia**. São Paulo: Contexto, 1997.

MATTOSO, Kátia de Queiróz. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

MOURA, Clóvis. **Quilombo, resistência ao escravismo**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2019.

SCHWARTZ, Stuart B. Escravidão indígena e o início da escravidão africana. In.: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio (Orgs.). **Dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 216.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOUZA, Laura Oliveira Carneiro. **Quilombos: identidade e história.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

VIEIRA, Padre Antônio. 1633. **Sermão Vigésimo Sétimo do Santíssimo Sacramento Exposto.** Disponível em: <https://nupill.ufsc.br/literatura/BT2803039.html>. Acesso em:

WEBER, Max. **Economia e sociedade.** Brasília: UNB, 2010.

Enviado em: 28/04/2022
Aceito em: 19/09/2022